

# ECONOMIA CRIATIVA COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO

Nathalia de Pinho Markus<sup>1</sup>  
Dandara Souza Araújo Nascimento<sup>2</sup>

## Área temática: 10. Cultura, lazer, turismo e desenvolvimento regional

**Resumo:** Este artigo realizou uma releitura a respeito do desenvolvimento endógeno, apontando os principais aspectos da teoria que, desde de 1970, passou a fazer parte da agenda econômica de diversos países, como alternativa à crise do desenvolvimento. Entendendo que, a teoria do desenvolvimento endógeno, dispõe de uma grande aplicabilidade e é reconhecidamente funcional, considerando os diversos casos pontuais de sucesso na incansável busca pelo desenvolvimento. Seria possível então, relacionar a economia criativa com as dimensões do desenvolvimento endógeno, para que ambas possam adquirir juntas, potencial suficiente para alavancar o desenvolvimento local? No início do século XXI, o termo economia criativa (EC) surge com o objetivo de atribuir valor para a cultura e a arte, considerando a existência das novas tecnologias que já faziam parte do ambiente globalizado. Pretende-se com este trabalho demonstrar que a acumulação de capital pode ser obtida através de atividades vinculadas a EC, que por sua vez, atende as dimensões da teoria do desenvolvimento endógeno já que a mesma, também incorpora a cultura em sua forma antropológica e preza por ela em sua forma funcional para garantia de capital.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Endógeno, Economia Criativa, Cultura.

**Abstract:** This paper proposed a re-reading about the endogenous development pointing out the main aspects of the theory that since 1970 became part of the economic agenda of several countries as an alternative to the crisis of development. Understanding that the theory of endogenous development has a great applicability and is admittedly functional considering the several specific cases of success in the relentless search for development. Would be possible to relate the creative economy to the dimensions of endogenous development and both can acquire sufficient potential to leverage local development? At the beginning of the 21st century, the term creative economy (CE) emerges with the objective of giving value to culture and art considering the existence of new technologies that were already part of the globalized environment. The aim of this work is to demonstrate that the accumulation of capital could be achieved through activities linked to EC that in turn attend the dimensions of the theory of endogenous development since it also incorporates culture in its anthropological form and values it in functional form for guaranteeing capital.

**Keywords:** Endogenous Development; Creative Economy; Culture.

**JEL:** Z10; O10; Q01

## 1. Introdução

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e com a busca pela recuperação econômica europeia, os países periféricos passaram a receber recomendações para se

---

<sup>1</sup> Mestranda em Economia (UFMT). E-mail: nathimarkus@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP). E-mail: dandaraaraujo19@gmail.com

espelharem na trajetória dos países já industrializados. A importação de modelos dos países centrais pelos países periféricos, principalmente os países que apostaram na industrialização, pôde resultar em crescimento do PIB, entretanto, esse crescimento não foi suficiente para garantir o desenvolvimento (ROJAS, 2004).

O crescimento acompanhado de uma persistente desigualdade social fez com que a América Latina passasse a contestar o conhecimento universalista sobre o desenvolvimento imposto pelos países já industrializados (MILANI, 2004; ROJAS, 2004). Sendo assim, no final do século XX a urgência de novos modelos de desenvolvimento que atendessem as necessidades específicas dos países, fez com que surgisse, dentre outros modelos, a teoria do desenvolvimento endógeno.

No paradigma do desenvolvimento endógeno a acumulação do capital ocorre via excedente econômico, gerado localmente ou pela atração de excedente de outras regiões, por meio do fortalecimento e da qualificação da estrutura interna, que por sua vez, é dependente de investimentos em capital humano e social. Esse processo possui enfoque territorial, condicionado aos entornos institucionais e culturais.

Essa tendência de se compreender o desenvolvimento além do crescimento econômico, considerando as dimensões sociais, políticas, ambientais e, particularmente, culturais, desponta, já no séc. XXI, a economia criativa (EC). Este campo analítico passou a integrar as recomendações das Nações Unidas, como estratégia de desenvolvimento, onde a cultura pode ser mobilizada como nova possibilidade para o desenvolvimento, diferentemente do modelo industrial tradicional (UNCTAD, 2010).

A economia criativa tem em seu alicerce a criatividade, entrelaçando a cultura, a economia e as tecnologias, gerando produtos e serviços criativos que possuam valor cultural e valor de mercado. Gerando renda e empregos, para promover o desenvolvimento, com inclusão social e proporcionando uma maior diversidade cultural (UNCTAD, 2010). O tema ganhou espaço no país e aumentou sua participação no PIB brasileiro em 70% entre os anos de 2004 e 2013 (FIRJAN,2014).

Compreender a economia criativa e como a mesma promove sua relação com o desenvolvimento local é benéfico, pois, possibilita pensar o desenvolvimento com inclusão produtiva e progressão social, ao mesmo tempo que a cultura local é valorizada. Por isso, pretende-se demonstrar que a acumulação de capital pode ocorrer através de atividades vinculadas a EC, que por sua vez atende a as dimensões da teoria do desenvolvimento endógeno.

Para tanto, a sessão seguinte aborda o desenvolvimento endógeno, sua consistência e aplicabilidade como modelo de desenvolvimento. Em seguida foi feita uma apresentação a respeito da economia criativa e seu potencial de valorização da

cultura local. Na quarta sessão foi realizada uma análise das dimensões necessárias para o desenvolvimento endógeno demonstrando se EC atenderia a todas elas. A última sessão é composta pelas considerações finais.

## **2. O desenho da origem do desenvolvimento endógeno**

No cenário de esgotamento dos modelos de desenvolvimento “a partir de fora” que foram propostos nos anos de 1960 e 1970, novas teorias do desenvolvimento surgiram (BARQUERO, 2001; SACHS, 2004). Dentre as possíveis soluções para crise do desenvolvimento, se discutiam a descentralização, a governança local, a participação (pertencimento), a emergência da sociedade civil, o capital humano e o capital social (MILANI, 2004). Essas perspectivas da teoria do desenvolvimento endógeno, originadas na década de 1970, ganharam corpo teórico na década seguinte e reuniram diversas iniciativas locais nos anos de 1990<sup>3</sup>.

Barquero (2001) entende a globalização como um processo vinculado ao território, onde existe um frequente aumento da concorrência nos mercados, e decorrente disso, surgem novas necessidades e novas demandas de serviços. Por conta disso, as economias locais precisam se ajustar a este novo contexto fazendo uso dos recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais que cada território dispõe.

Considerando isso, o modelo de desenvolvimento endógeno propõe uma estruturação feita a partir dos atores locais, ou seja, o modelo dispensa o planejamento centralizado (AMARAL FILHO, 1996). Por isso, o desenvolvimento endógeno é assimilado como um modelo de “baixo para cima”, com a sociedade civil sendo o principal agente de transformação socioeconômica de uma região, ampliando as decisões autônomas dos atores locais e aumentando o processo de inclusão social.

Sendo assim, é possível diferenciar a teoria do desenvolvimento endógeno das demais teorias, pois a mesma não identifica a comunidade local apenas como agentes beneficiários do processo de desenvolvimento, mas sim, como principais agentes provedores dessa questão, mas, para que isso seja possível é preciso garantir que acumulação de capital seja dada pela retenção do excedente econômico gerado na economia

---

<sup>3</sup> Dentre as ações de iniciativas locais no Brasil pode-se destacar: a criação e desenvolvimento de pequenas e micro empresas o ABC paulista, em São Paulo- Brasil; formas microcrédito e apoio a pequenos empreendedores pela Instituição Comunitária de Crédito Portosol, em Porto Alegre; quanto difusão em inovação e conhecimento tem-se também o grande ABC como exemplo, bem como também o *Porto Alegre Tecnólope*, entretanto não a níveis apresentado na Europa desde o início dos anos 1980, esses e outros exemplos, tanto para o Brasil como para América Latina e Europa podem ser encontrados em Barquero (2001)

local ou pela atração do excedente de outras regiões, através do fortalecimento e qualificação das estruturas internas. (AMARAL FILHO, 1996, 2001)

De acordo com Barquero (2001) os determinantes da acumulação do capital, que são fatores de resposta ao aumento da concorrência global, seriam: a criação e difusão do conhecimento e de inovações; fortalecimento das instituições, para que hajam maiores condições para competir no cenário globalizado, melhoria nas redes e cooperação entre os atores; organização flexível da produção com melhoria na qualificação dos recursos humanos e; desenvolvimento urbano, que com a existência de redes estimularia o processo de inovação.

Os recursos para o desenvolvimento podem ser tanto de origem pública quanto de origem privada, do Estado ou externo. Essa questão é importante para desmitificar que a teoria do desenvolvimento endógeno busca um fechamento ou isolamento regional, que não seriam autocentrados nem autossuficientes (FILHO, 2001). O primordial é que a comunidade local tenha controle sobre o recurso, não importando sua origem, e fazendo com que o território não seja apenas um receptor passivo. (BARQUERO, 2001)

Em síntese, fatores que antes eram considerados exógenos à economia, como capital humano, capital social, conhecimento e a informação, passam agora a ser considerados endógenos neste paradigma que se alinha com a promoção do desenvolvimento e constantemente prioriza a autonomia do território. A partir da lógica de valorização local, cultural e social com investimentos em inovação e conhecimento, para garantir o desenvolvimento, surge a economia criativa que será melhor discutida na seguinte sessão.

### **3. Cultura e economia criativa**

A partir da década de 1990 as indústrias criativas passaram a receber atenção internacional por conta do grande potencial de desenvolvimento econômico, sendo discutidas por instituições renomadas tais como UNESCO<sup>4</sup> e UNCTAD<sup>5</sup>. Todas as definições acerca do tema apresentados possuem em seu cerne a criatividade, como potencial para gerar crescimento e desenvolvimento (UNCTAD, 2010).

A economia criativa atribui um valor especial a criatividade e os setores tipicamente culturais, além de prezar pela sustentabilidade e inclusão, partindo da percepção que são fatores imprescindíveis para o desenvolvimento local e regional, indo contra um

---

<sup>4</sup> Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

<sup>5</sup> Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

pensamento exclusivo e de exploração anteriormente colocado pela economia tradicional “*taylorista*”. (BRASIL, 2011).

Além da produção artístico-cultural, os setores criativos abrangem inúmeras atividades relacionadas as novas mídias, a arquitetura, o design, como também inclui a tecnologia, como os *softwares*, fundamental para sustentar o processo dinâmico da economia criativa, que inclui desde sua criação, a produção, a distribuição, a circulação, a difusão e o consumo. (REIS, 2008; BRASIL, 2011)

Os bens e serviços das atividades criativas possuem tanto valor simbólico quanto econômico, sendo o ato criativo o gerador desses valores. Isto é, o valor de mercado se dá a partir do valor simbólico das atividades criativas. De tal forma que também haja valorização das éticas e expressões culturais locais, necessária para consolidação do capital social, do patrimônio cultural e ambiental (BRASIL, 2011, p.14).

Ademais, de acordo com Hartley (2005) a EC engloba além das indústrias criativas, a relação e o impacto de seus bens e serviços em outros setores e processos e a conexão estabelecida entre eles, provocando e incorporando profundas mudanças sociais, organizacionais e educacionais na elaboração e gestão de políticas públicas culturais. Destacando-se que, juntamente com a cultura deve existir uma política educacional para habilitação das pessoas, isto é, investimento em capital humano, que como afirma SEN (2010) é fator primordial no desenvolvimento como liberdade.

Sendo assim, a economia criativa é capaz de unir tanto a abordagem antropológica mais ampla da cultura (conhecimentos, crenças, línguas, artes, leis, valores, costumes, atitudes e visões de mundo), reconhecendo a influência dos valores, crenças e hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas, como a abordagem mais estreita, com orientação funcional (produtos, serviços e manifestações culturais), com valores artístico e culturais únicos, tanto para produção quanto para o consumo. (THROSBY, 2001; REIS, 2006; DINIZ, 2009).

#### **4. É preciso crescer para desenvolver? Os fatores do desenvolvimento endógeno e sua conexão com a economia criativa**

Os pensamentos clássicos e neoclássicos, no geral, mantêm o desenvolvimento econômico em segundo plano já que, para esses pensadores, um “efeito cascata” faria com que o desenvolvimento fosse uma consequência natural do crescimento econômico (SACHS, 2004). Nesse sistema, os esforços produtivos dos setores mais pobres são excluídos sistematicamente do processo e o crescimento econômico não tem forças para

reduzir por si só essas desigualdades (ROJAS, 2004).

A problemática da desigualdade social vem sendo abordada de forma sistemática por diversos autores (KLIKSBURG, 2000; SACHS 2004; AMARTYA SEN, 2010), o que demonstra a seriedade dessa questão. Rojas (2004) é enfático ao afirmar que fatores como a redução da pobreza, redução do desemprego e qualidade de vida são base fundamental que deve ser alcançada para se atingir o desenvolvimento. Uma vez que há crescimento econômico, com pequena elite se apropriando de forma ilegítima do excedente produtivo, este crescimento não é garantia que um país seja desenvolvido.

Para compreender as dimensões do desenvolvimento e para demonstrar como a economia criativa pode ser um modelo alternativo e eficiente para o desenvolvimento endógeno e sustentável, será realizado a seguir, uma abordagem relacionando os principais aspectos do desenvolvimento e de que forma a economia criativa se encaixa nesse processo.

#### 4.1. Dimensão Sociocultural

De acordo com Sen (2010) a desigualdade não se limita apenas a renda (a escassez da renda seria apenas o início da análise), mas principalmente a uma privação das liberdades substantivas<sup>6</sup>, da capacidade dos indivíduos. Ou por assim dizendo, o problema da desigualdade social, se relaciona com a desigualdade de cidadania, que reduz o capital social e a formação de redes e cria barreiras para o desenvolvimento do território (ROJAS 2004).

Putnam (2006) realizou uma importante análise a respeito de onde vinham as desigualdades sociais, conclui que o capital social seria um fator explicativo. O capital social está diretamente ligado as relações sociais e refere-se à habilidade de se conectar. Englobando normas de comportamento, confiança e valores que podem ajudar a desenvolver ações colaborativas em projetos que tragam benefício a toda comunidade (FILHO, 2001; MILANI, 2004). Logo, o capital social é importante chave para desenvolver-se.

A teoria do desenvolvimento endógeno reconhece que as relações firmadas dentro das redes, favorecem o intercâmbio de produtos, serviços, conhecimentos e informações,

---

<sup>6</sup> “[...] capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler, escrever e contar, ter participação política, liberdade de expressão, etc” (Sen, 2010, p.83)

isto é, o capital social, faz parte da cultura social e produtiva da comunidade. E a cultura e as formas de organização condicionam a mudança estrutural, que por sua vez dá suporte ao processo de desenvolvimento da sociedade em questão (BARQUERO, 2001)

Dessa forma, o capital social em conjunto com os aspectos culturais, tornam-se componentes estratégicos para o desenvolvimento endógeno. Não objetivando apenas a igualdade de renda, como também o bem-estar da sociedade como um todo. Já que “os estoques de capital social, como confiança, normas e sistemas de participação tendem a ser cumulativos e a *reforçar-se mutuamente*” (PUTNAM, 2006, p. 186, grifo nosso).

De acordo com Sachs (2005) o desenvolvimento depende da cultura, da capacidade de pensar, na medida que isso implica na invenção e prática de um projeto, somente em última instância analisando o aparelho produtivo. Sendo a cultura um fator local que desempenha um papel de influência direta nas ações humanas, e que possibilita gerar valor de mercado, como também promover o desenvolvimento e a inclusão social.

Celso Furtado argumenta que

Quaisquer que sejam as antinomias que se apresentem entre as visões da história que emergem em uma sociedade, o processo de mudança social que chamamos desenvolvimento adquire certa nitidez quando o relacionamos com a ideia de criatividade. (FURTADO, 1978, apud BRASIL, 2011).

A economia criativa valoriza a cultura e toda sua diversidade, incentivando produções culturais e reconhecendo o valor simbólico dos produtos e serviços que expressam a identidade cultural e consideram as especificidades e conhecimento local (REIS, 2008; UNCTAD, 2010). O aspecto multidisciplinar da EC colabora com a diminuição da pobreza, gerando emprego com a inserção de minorias e excluídos, em atividades como artesanato e festa populares, dentre outros, que já eram desenvolvidas informalmente. (BRASIL, 2011, p. 77)

Para a Secretaria de Economia Criativa, a EC fortalece o movimento de formação de redes, como pode ser observado, uma das premissas do plano da secretaria “Três infinitos = Intangíveis + novas tecnologias + colaboração e redes”, nele entende-se a cultura e o conhecimento como algo intangível que pode se tornar “tangível” através das novas tecnologias que facilitem o acesso ao intangível da cultura, propiciando a formação de redes na sociedade. (BRASIL, 2011).

Essa formação de redes, tendem a valorizar o compartilhamento de ideias e experiências, compartilhamento de espaços (*co-working*), financiamento coletivo de ideias

inovadoras (*crowdsourcing*). Nesse sentido a economia criativa valoriza novas formas de relação com o trabalho, com inclusão social que permite que um maior número de pessoas participe desse processo, logo, que maiores redes possam ser formadas.

E, além de se mostrar como forma eficiente de fomento do capital social, isto ocorre a partir da produção de bens e serviços criativos que possuam valor cultural, gerando renda, empregos, para promover o desenvolvimento com a inclusão social e proporcionando uma maior diversidade cultural.

#### 4.2. Dimensão Econômica

É importante salientar que a teoria do desenvolvimento econômico procura ir além do crescimento, entretanto o mesmo continua sendo indispensável e fundamental para que as coisas aconteçam (SACHS, 2004). Esta teoria compreende que que haja haver crescimento econômico devem-se desenvolver fatores-chaves como a acumulação de capital e progresso tecnológico, com empresários locais utilizando de forma eficiente dos fatores produtivos e aumentando sua produtividade.

Esses dois fatores se fazem necessários para o desenvolvimento territorial, pois dinamizam os aspectos produtivos e potencializam todas as dimensões a serem abordadas: social, cultural, ambiental e político-institucional (ZAPATA, 2007). De acordo com Sanchs (2004) em um cenário de aumento da competitividade advinda da globalização, os mercados devem se fortalecer internamente, valorizando as habilidades e a capacidades das pessoas.

Entretanto, o pensamento convencional enraizado considera exclusivamente as ciências e engenharias, negligenciando a arte e a cultura como integrantes do processo evolutivo (POTTS, 2009). E assim, desconsidera que os setores criativos obtêm ganhos a partir da manipulação de ideias e não de materiais, não sendo capaz de compreender a criatividade como combustível para obtenção de ganhos de produtividade e aumento na competitividade.

Por isso se faz necessário perceber a arte e a cultura não apenas como fornecedores de entretenimento, mas também como fornecedores de mecanismos para o desenvolvimento de novas ideias para o contexto social (POTTS, 2007). Compreendendo, tal como fez List (1986) a arte e a cultura, não só como elementos produtivos, mas ainda de elevada produtividade, sendo superior ao que geram valores materiais.

As organizações que estudam economia criativa atribuem aos setores criativos



grande potencial para gerar renda e emprego, considerando a valorização da cultura local (UNCTAD, 2010; FIRJAN, 2014). Ao produzir benefícios econômicos e empregos nos setores de serviços e manufatura, a EC promove a diversificação econômica, receitas, comércio e inovação (UNCTAD, 2010). As ideias advindas da criatividade visam solucionar novos problema, garantindo um sistema produtivo mais competitivo, com as indústrias e serviços se tornando fortes atores nessa competição, sendo imprescindível no desenvolvimento endógeno para se alcançar o desenvolvimento no mundo globalizado.

No Brasil, a economia criativa cresceu 70% entre os anos de 2004 e 2013, gerando em 2013 o equivalente a 2,6% do produto interno bruto (PIB), com o país adentrando a um cenário recessivo, foi observado a ocorrência uma estabilização desses números, que de 2014 a 2017, continuou girando em torno de 2,6% com algumas pequenas oscilações, mas um fato positivo foi que houve criação de postos de trabalho frente ao crescente aumento do desemprego no país. (FIRJAN, 2014, 2019).

E assim, foi com o paradigma do desenvolvimento endógeno que o rendimento crescente se tornou possível pois, diferentemente da teoria neoclássica, consideram o valor do capital social, discutido anteriormente. Destacando a importância da existência de redes de empresas, não do tamanho delas, aproveitando as externalidades dos sistemas produtivos locais para o surgimento dos rendimentos crescentes (BARQUERO, 2001).

E, uma vez que a economia criativa tem a valorização de criação e fortalecimento de redes, e ainda dado seu crescimento em PIB, mesmo frente a crise econômica, pode-se perceber a importância deste setor para o crescimento econômico, aos moldes do desenvolvimento endógeno. E tudo isso por meio de bens e serviços com valores simbólicos, bem como valorizando a abordagem antropológica mais ampla da cultura.

#### 4.3. Dimensão Político-Institucional

A política é fundamental para que as iniciativas locais possam ser articuladas, com uma governança democrática que propicie a concretização das políticas de desenvolvimento regional. De acordo com Barquero (2001) essas políticas têm grande importância para difusão da inovação, do conhecimento, do estímulo aos recursos e as empresas locais, e devem ser descentralizadas, com novas formas de governabilidade, inserindo a comunidade local na formulação dessas políticas.

Assim como entorno cultural é condicionante, o entorno institucional também o é, considerando que quanto mais evoluído o sistema institucional, mais fortalecido o desenvolvimento, pois “[...] permite reduzir os custos de transação e de produção, aumentar

a confiança entre os atores econômicos, estimular a capacidade empresarial, fortalecer as redes e a cooperação entre os atores e incentivar mecanismos de aprendizagem e interação” (BARQUERO, 2001, p.25)

Dessa forma, a descentralização implica na valorização do local, tirando o controle direto do governo central, trazendo o planejamento para a esfera local e regional, com a autoridade administrativa sendo delegada por níveis mais baixos. A governabilidade implica tomada de decisão negociada entre governo, mercado e sociedade civil, tanto por agentes públicos tanto como privados. Muitas vezes a existência de líderes locais propiciam a formação de redes e associações permitindo que a cidadania seja resgatada, desenvolvendo as capacidades das comunidades.

As relações sociais estruturadas pelo sentimento de pertencimento, reciprocidade e solidariedade, como também a participação dos indivíduos relacionados em redes, são determinantes para a qualidade da governança (DOWBOR, 2010). A cultura já foi apontada anteriormente, como fundamental para o desenvolvimento, considerando que “todos nós temos o direito à cultura, mas as instituições devem poder utilizar instrumentos e sanções para fazer cumprir tais direitos” (IPEA, 2010 p. 32). Por isso, é importante garantir a existência de uma política e de uma governança de qualidade.

Pode-se dizer que, o maior desafio para a economia criativa está relacionado com a governança já que, existe uma grande descontinuidade das políticas públicas devido a alternância entre os governos (REIS, 2008; UNCATAD, 2010). Por conta disso, a SEC, infelizmente extinta, salientou a necessidade de governança compartilhada, com articulações entre “governo (que dá o tom da estratégia de desenvolvimento), setor privado (que aporta recursos, expertise e dinamismo – afinal, economia não se faz por decreto) e sociedade civil (que zela pela continuidade e pela transparência dos processos)” (BRASIL, 2011, p.83)

Para que haja governança é preciso capital social e humano, visto que as concretizações dos benefícios da economia criativa só são possíveis, a partir do momento em que as pessoas passam a ter acesso ao capital, a infraestrutura, a regulação e aos mercados para concretizá-la como valor monetário (PNUD, 2013). E, é nesse sentido que se propõem que as pastas da cultura e do desenvolvimento estejam integradas com a política educacional, da ciência e tecnologia e também com as políticas de relações exteriores. (BRASIL, 2011).

#### 4.4. Dimensão Ambiental

Malthus (1983) em *Ensaio Sobre o Princípio da População* se preocupava com a questão da quantidade de alimento a ser ofertada ser insuficiente para atender a população:

A potência da população é infinitamente maior do que a potência da terra na produção de subsistência para o homem. A população quando não controlada cresce a uma taxa geométrica. A subsistência só cresce a uma taxa aritmética. Um ligeiro conhecimento dos números mostrará a imensidão da primeira em relação a segunda” (MALTHUS, 1983, p.132)

Para o autor, a solução seria controlar a taxa de natalidade visando controlar a demanda crescente, porém Malthus não contava com a existência de avanços tecnológicos inseridos na produção de alimentos. Apesar das inovações tecnológicas serem categóricas, as mesmas fazem parte das problemáticas que envolvem o meio ambiente. Pois, apesar das tecnologias, a degradação dos recursos naturais, ao se tratar a natureza apenas como um recurso produtivo, geram impactos irreversíveis para com a sociedade atual e, também para as gerações futuras (VEIGA, 2008).

Considerando isso, visões sobre a relação homem-natureza começam a ganhar forças desde os anos de 1970, quando se passa a entender que as necessidades presentes deveriam ser supridas sem comprometimento a gerações futuras (SACHS, 2004). A degradação dos recursos ambientais promove elevadas externalidades negativas ambiental e social, por isso utilizar-se de maneira racionalizada dos estoques de recursos naturais torna-se fundamental para a promoção da sustentabilidade.

A economia criativa tem em seu cerne a utilização do seu recurso mais abundante: a criatividade, sem seguir a linha de exploração desenfreada dos recursos naturais, e vai ao encontro a uma tendência de consumo ético, onde os consumidores passam a questionar o valor cultural e ambiental do que consomem.

Sendo assim, as indústrias criativas que se propõe a oferecer soluções para problemas ambientais, que muitas vezes são bem-sucedidas, tendo como exemplo o da moda sustentável (UNCTAD, 2010). Por isso, a perspectiva da economia criativa espera beneficiar ao longo do tempo as comunidades em geral, considerando não apenas a viabilidade econômica, como também a esfera social e ambiental.

E assim, foi demonstrando que a economia criativa atende também a dimensão ambiental do desenvolvimento endógeno e se mostrando como alternativa viável para o a consolidação dessa dimensão.

## 5. Considerações Finais

A teoria do desenvolvimento endógeno considera a necessidade de se analisar a capacidade de resposta aos desafios da competitividade advindos da globalização, para que seja possível alcançar o caminho para o desenvolvimento. Para tanto, coloca como possibilidade para tal ações de difusão de inovação e conhecimento, investimento em infraestrutura e capital social, qualificação dos recursos humanos, a capacidade empresarial, sendo esses campos de atuação para o desenvolvimento local.

Segundo Reis (2008) a convergência entre novas tecnologias, arte e cultura, cria estruturas necessárias para que se rompa barreiras do mercado oligopolizado e, no contexto da globalização, permite a expansão dos mercados e maior competitividade a nível mundial no mercado de bens culturais. De tal forma que a economia criativa se coloca também, como possibilidade de desenvolvimento meio ao mundo globalizado.

Considerando a classe criativa, como fonte de energia inovadora e de dinamismo cultural das sociedades urbanas, em detrimento da sua capacidade de criar novas ideias, novas tecnologias ou novos conteúdos criativos (FLORIDA,2002). A economia criativa pode conciliar o progresso econômico com o aumento da produtividade do trabalho, sem ignorar a necessidade da criação de formas de trabalho adequadas e responsáveis para todos, considerando o bem-estar social.

Portanto, com o acesso responsável as tecnologias, não comprometendo, e sim valorizando a identidade e cultura local, como proposto na teoria do desenvolvimento endógeno. O processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, se daria através da utilização do potencial local, englobando aspectos institucionais e culturais, resultando em uma melhoria da qualidade de vida da população.

Pode-se demonstrar que a economia criativa atende a as dimensões do desenvolvimento endógeno, sendo eficiente na acumulação de capital, podendo propiciar rendimentos crescente, com criação de empregos e geração de renda. Atuando sobre todos os aspectos de ação para o desenvolvimento do paradigma do desenvolvimento endógeno.

Nesse sentido, compreende-se o porquê de ser valorizado com uma alternativa para o desenvolvimento no século XXI, pois países em desenvolvimento têm os recursos necessários para adentrar mais competitivamente o mercado internacional, não somente com exportação de *commodities* e mão de obra desqualificada.

De tal forma que o desenvolvimento socioeconômico local se realize com a diversidade cultural local sendo valorizada, com proteção do patrimônio histórico, coesão social, fomento das atividades artísticas, reconhecendo a importância antropológica e a

aptidão funcional como um ativo econômico. Isto de forma socialmente incluyente, economicamente sustentado e ambientalmente sustentável, sendo capaz de construir alternativas e soluções para novas formas de produção de riqueza.

### **Referências Bibliográficas**

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno em tempos de globalização. Tradução: Ricardo Brinco. Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília: MinC, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/6BTJGF>. Acesso em 25 de maio de 2017.

AMARAL FILHO, Jair do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Planejamento e políticas públicas**, n. 23, IPEA, p.261-286, 2001.

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14, 1996.

DINIZ, Sibelle. **Análise do consumo de bens e serviços artístico-culturais no Brasil metropolitano**. Belo Horizonte: UFMG, 2009. 85p. Dissertação (mestrado), Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR), Faculdade de Ciências Econômicas, UFMG, Belo Horizonte, 2009

DOWBOR, Ladislau. Desenvolvimento local e apropriação dos processos econômicos. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 51, p. 99-112, 2010.

FILHO, Jorge Renato de Souza. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. 2001.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Dez, 2014. Disponível em: <[www.firjan.org.br/economicriativa](http://www.firjan.org.br/economicriativa)>. Acesso em: jul, 2018.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Fev, 2019. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/pages/default.aspx>>. Acesso em: mar., 2019.

- HARTLEY, John. **Creative industries**. Blackwell Publishing, 2005.
- IPEA. **Indicador de Desenvolvimento da Economia da Cultura**. Brasília, DF, Brasil, 2010. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/idecultweb.pdf>> Acesso em: jan., 2019.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina: o debate adiado**. UNESCO. Editora Cortez: São Paulo, 2000.
- MALTHUS, T. R. **Ensaio sobre o princípio da população**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). **Organizações & Sociedade**, v. 11, 2004.
- PNUD. **CREATIVE ECONOMY REPORT 2013 SPECIAL EDITION - Widening Local Development Pathways**. New York: Unesco/UNDP, 2013. Acesso em 01/10/2016. Disponível em <<http://www.unesco.org/culture/pdf/creative-economy-report-2013-es.pdf>> Acesso em: set, 2018.
- POTTS, Jason. Art and innovation: An evolutionary view of the creative industries. **UNESCO Observatory**, v. 1, n. 1, p. 1-18, 2007.
- POTTS, Jason. Why creative industries matter to economic evolution. **Economics of innovation and new technology**, v. 18, n. 7, p. 663-673, 2009.
- PUTNAM, Robert. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006
- REIS, Ana Carla Fonseca. Economia da cultura e desenvolvimento sustentável – o caleidoscópio da cultura. São Paulo: Manole, 2006
- REIS, Ana Carla Fonseca. (Org). **Economia Criativa como Estratégia de Desenvolvimento**. São Paulo: Garimpo de Soluções e Itaú Cultural, 2008. Disponível em: <[http://www.garimpodesolucoes.com.br/downloads/ebook\\_br.pdf](http://www.garimpodesolucoes.com.br/downloads/ebook_br.pdf)>. Acesso em: dez, 2017.
- ROJAS, Patrício Antonio Vergara. Desenvolvimento endógeno: um novo paradigma para a gestão local e regional. Fortaleza: IDAH, 2004.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Includente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento e cultura. Desenvolvimento da cultura. Cultura do desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 33, 2005.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**; tradução Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- THROSBY, D. **Economics and culture**. Cambridge: Cambridge University, 2001. 208 p.

UNCTAD. Relatório da economia criativa. 2010. Disponível em: < <http://unctad.org>>. Acesso em: 13 de Junho de 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3ªed, Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2008.

ZAPATA, T. **Desenvolvimento Territorial Endógeno – conceitos, dimensões e estratégias**. Florianópolis: SeaD/UFSC, 2007.